



A INTENSIFICAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL EM MOÇAMBIQUE E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Nicoli Viegas Coelho da Silva¹

Rebeca Gomes de Oliveira Silva²

RESUMO

Este artigo propõe-se a refletir sobre a política externa brasileira em Moçambique, a partir dos impactos sociais causados pela empresa brasileira multinacional Vale e do Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique – ProSavana, desenvolvido em parceria com o Brasil e o Japão. Ambos os projetos de desenvolvimento foram articulados nos governos do ex-presidente da República Brasileira, Luís Inácio Lula da Silva. A partir da vivência de campo e da análise bibliográfica à luz da reflexão histórico-dialética, verificou-se que esses dois projetos vêm aprofundando os índices de desigualdade social. Eles, por sua vez, expressam a relação entre investimentos privados e cooperação técnica que tem como substrato a propagação da acumulação do capital fortalecendo, assim, a relação de dominação a partir do eixo sul-sul.

PALAVRAS-CHAVE: Política externa brasileira; Moçambique; questão social.

INTRODUÇÃO:

Este artigo apresenta elementos sobre os principais direcionamentos da política externa brasileira em Moçambique, sobretudo, os investimentos relacionados a Empresa multinacional brasileira Vale e o Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique – ProSavana, desenvolvido pelo Brasil, Japão e Moçambique, ambos contribuindo para a intensificação das expressões da questão social³ na realidade moçambicana. Esse trabalho é fruto das vivências de campo e de pesquisa realizadas em Moçambique, através da graduação sanduíche ofertada pelo Programa de Pró

¹ Graduando do curso de Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: nicollyviegas@hotmail.com.

² Graduando do curso de Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: rebecagomes.gomes@gmail.com.

³ Entende-se a questão social como sendo “[...] um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos torna-se mais privada, monopolizada por uma parte da sociedade [...]” (IAMAMOTO, 1998, p.27)



Mobilidade Internacional Capes e Associação das Universidades de Língua Portuguesa – AULP, entre os meses de outubro de 2016 e fevereiro de 2017.

Nos últimos anos, diversos artigos e relatórios elaborados principalmente pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), destacam as grandes oportunidades que surgem no continente africano. Essas oportunidades assentam-se, especialmente, na exploração dos recursos naturais (MUÑOZ, CARVALHO, 2016). Desse modo, a África continua sendo um dos alvos principais para o processo de exploração e expropriação (BASSEY, 2015).

Assim como em toda a África, Moçambique é marcado por um processo histórico de saque aos seus recursos naturais e exploração dos seus habitantes e na atualidade esse processo, com uma nova roupagem, vem se intensificando. Apesar de que, os que historicamente exploram o continente africano e, especificamente, Moçambique, são sobretudo europeus em parceria com os estadunidenses, no atual momento histórico eles não estão sozinhos, a dinâmica da economia globalizada sinaliza mudanças (BASSEY, 2015). O Brasil, junto com outros países que compõe os BRICS⁴, foi aclamado como uma nova potência econômica (ZIBECHI, 2012). Há, desse modo, uma mudança de paradigma na relação dominadora norte-sul, os países do sul passam a desempenhar um novo papel, fundando uma relação sul-sul.

O Brasil estabeleceu uma relação intensa com a África a partir do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). No seu governo, o Brasil vivenciou um período de crescimento econômico e uma intensa concentração de capitais que se transbordou para outros países com forma de cooperação, financiamento ou investimento (ZIBECHI, 2012). Esse processo, abriu espaço para a expansão de empresas brasileiras no continente africano, principalmente em Moçambique, sendo esse país é o que mais recebe “ajuda” brasileira através da cooperação técnica (GARCIA, KATO, FONTES, 2012).

Um dos principais setores de investimento em Moçambique é a mineração, destacando-se a presença da empresa multinacional brasileira Vale, a qual explora grandes reservas de carvão mineral. Para sua instalação e operacionalização foram necessários a realização de reassentamentos de comunidades rurais que habitavam em Moatize, Província de Tete⁵, para lugares que não tinham o mínimo de afinidade com o seu espaço de origem. A Vale impôs um impacto social muito negativo na região em que se instalou, contribuindo com

⁴ Essa sigla refere-se aos países que tiveram um rápido desenvolvimento econômico nos últimos vinte anos. São eles: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

⁵ A província de Tete localiza-se na região central de Moçambique, que de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2011), apresenta 59,7% da sua população vivendo abaixo da linha de pobreza.



o aumento da pobreza e infecção pelo HIV/aids, como aponta uma pesquisa desenvolvida pela UNICEF em parceria com o governo distrital de Moatize (2014).

Já no campo da cooperação, a relação entre Brasil e Moçambique reforça o pilar da chamada “cooperação técnica e ajuda para o desenvolvimento” (GARCIA, KATO, FONTES, 2012, p 13). Um dos principais campos de cooperação tem sido a agricultura, em destaque o Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique – ProSavana, considerado pelo Estado Moçambicano como um programa que levará desenvolvimento e possibilitará diminuir os índices de pobreza e fome no país, ele se baseia no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), o qual transformou o cerrado brasileiro no maior campo do agronegócio do mundo.

Entretanto, os camponeses, os movimentos sociais e organizações da sociedade civil, moçambicanas e internacionais, compreendem esse programa como uma forte ameaça ao direito à terra, sobretudo, porque em Moçambique a terra não é propriedade privada, ela pertence ao Estado. O ProSavana ainda está em suas primeiras fases de experimentação e visa abarcar grande quantidade de terra onde habitam e trabalham agricultores familiares, retirando, assim, sua principal forma de subsistência.

A Vale localiza-se no Corredor de Nacala⁶ e, na mesma localidade, está sendo desenvolvido o ProSavana. Esse fato é elucidativo para evidenciar que os investimentos privados e a cooperação se mesclam e se confundem (GARCIA;KATO, 2016). Com o ProSavana conclui-se que se abrirá os caminhos para as empresas brasileiras do agronegócio, contribuindo, assim, para a sua internacionalização, bem como para a expansão do lucro e exploração sobre a população mais pobre (GARCIA, KATO, FONTES, 2012).

A partir da nossa vivência de campo, dos dados coletados e da análise bibliográfica, a reflexão teórica se pautou na perspectiva crítica, pois se compreende que essa perspectiva possibilita a compreensão das várias determinações dos fenômenos sociais, sendo elas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. Assim, a categoria central que permite essa análise é a totalidade, entendida como um complexo constituído por outros complexos subordinados que se articulam através de múltiplas mediações (NETTO, 2011). Sendo assim, pretendemos evidenciar as contradições presentes na política externa brasileira em Moçambique, especialmente no que se refere a Vale e ao ProSavana, a inter-relação entre os investimentos privados e a cooperação técnica, bem como a intensificação das expressões da questão social ocasionadas por esses projetos de desenvolvimento.

⁶ Compreende as províncias de Nampula, Zambézia, Tete, Niassa e Cabo Delgado.



2. MOÇAMBIQUE E O SEU PROCESSO HISTÓRICO DE EXPLORAÇÃO

A independência moçambicana do regime colonialista português ocorreu em 1975, através da luta armada, tendo a Frente de Libertação de Moçambique – Frelimo, de orientação política socialista, a vanguarda do movimento revolucionário. Nesse período houve um amplo investimento do Estado nos serviços públicos (WATERHOUSE & LAURICIANO, 2010).

Porém, em 1976, a Resistência Nacional Moçambicana - Renamo, uma organização militar financiada, inicialmente, pelo regime colonialista na Rodésia do Sul, atual Zimbábue e, posteriormente, pelo regime do apartheid na África do Sul, promoveu a destruição de infra-estruturas públicas e econômicas básicas, iniciando uma guerra civil com o objetivo de enfraquecer o governo. O bloco socialista financiou todo o material bélico para Moçambique e alguns insumos, porém de forma limitada. É nesse contexto que o bloco capitalista, ocidental, propôs a “política do engajamento construtivo” (OSMAN; SAÚTE, 2010, p.325), liderada pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, como maneira de dinamizar a economia e reduzir os índices de pobreza.

A sequência de duas guerras civis e o movimento migratório da população, aliadas à condição de extrema pobreza, como uma das heranças do governo colonial, fez com que no início da década de 1990 Moçambique fosse considerado um dos países mais pobres do mundo, com mais de 80% da sua população vivendo abaixo da linha de pobreza (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2010). Em 1992 é assinado o Acordo Geral da Paz pelo presidente de Moçambique à época, Joaquim Alberto Chissano da Frelimo e pelo líder da Renamo, que se torna partido político, Afonso Dhalakama.

Em 1987 é lançado o Programa de Reajustamento Estrutural, que se pautava, de acordo do Osman e Saúte (2010, p.328):

- 1) Abertura de espaço à iniciativa privada, nas áreas de agricultura de comércio e de transporte;
- 2) A reestruturação das empresas estatais e a diminuição do papel do Estado na sua gestão;
- 3) Eliminação de barreiras internas à circulação de produtos.

Essas medidas neoliberais foram se aprofundando com o decorrer do tempo e, paralelamente, realçando a dependência econômica do Estado moçambicano, “é a FRELIMO, portanto, que vai realizar a privatização de diversos setores da economia e a transição para um capitalismo de mercado liberal” (VISENTINI, 2012, p. 116-117). Nesse contexto de mudança da função do Estado, mais de 40% do seu orçamento, até os dias atuais, depende de ajudas externas (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2010).

É nesse cenário que o Estado Moçambicano abre espaço para interferência externa em suas políticas nacionais, dando espaço para o avanço do capital. O Estado, então,



desempenha a função de capitalista total ideal, conceito cunhado por Ernest Mandel (1985), que evidencia o papel do Estado no sentido de abrir espaço para os investimentos externos, garantindo a livre propagação do capital, contribuindo para a manutenção de uma classe que procura manter-se na condição de dominante

O modelo de produção capitalista o qual tem o capital como a "relação social determinante que dá a dinâmica e a inteligibilidade de todo o processo da vida social" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005), vem se expressando em Moçambique, atualmente, através da política externa, sob o modelo de cooperação, de investimentos ou financiamento (GARCIA, KATO, FONTES, 2012). O avanço do capital em busca do aumento da taxa de lucro, intensifica as relações de exploração nos países do sul global, onde há mão de obra barata e abundância de recursos naturais, condições essenciais para sua sobrevivência.

No governo Lula percebe-se uma ampla abertura ao capital externo, o qual resultou em desindustrialização, em reprimarização das exportações e de maior concentração de capitais. Apesar de mudanças nos índices de desenvolvimento, a concentração de renda aumentou com o decorrer do tempo. A concentração de capital como uma das principais variáveis presentes no governo Lula, resultou na entrada desse capital em outros países (ZIBECHI, 2012). Assim, a política externa brasileira apresentou um direcionamento intenso à expansão das relações com o "sul global", principalmente no continente africano.

Essa relação favoreceu a entrada de empresas privadas no continente africano, sobretudo em Moçambique como a Gerdau, Camargo Corrêa e a Vale. Acompanhando o movimento de internacionalização das empresas brasileiras, intensificou-se também o âmbito da cooperação, principalmente na área da agricultura. A Vale ganhou um concurso internacional aberto pelo governo moçambicano em 2004, porém, começou a explorar carvão mineral na bacia carbonífera do distrito de Moatize, na província de Tete, em 2007, tendo seu contrato de exploração de carvão assegurado por 35 anos. A sua estrutura acionista divide-se em: 85% dos lucros pertencem à Vale, 5% ao Estado moçambicano e 10% a investidores nacionais, sendo o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, uma entidade brasileira, um dos financiadores do megaprojeto (MUNÔZ, CARVALHO, 2016).

A província de Tete tem uma das maiores reservas de carvão mineral, sendo avaliada como a maior reserva inexplorada de carvão do mundo, com 838 milhões de toneladas métricas. Segundo Garcia (2012, p.97):

A África tornou-se um novo território de expansão para a mineradora entre 2003 e 2007, quando adquiriu subsidiárias no Gabão, Moçambique, Angola e África do Sul. A entrada em Moçambique, em 2004, deu início a uma terceira fase de internacionalização. A mina em Moatize é considerada um marco na estratégia de exploração de carvão e uma possível plataforma de expansão para outros países africanos. Para Agnelli [presidente da Vale de 2001 a 2011], estar na África é uma



vantagem comparativa enorme devido às fontes de recursos naturais ainda intactas. (...) Atividades na África, apesar de apresentadas como um “mercado natural” para o Brasil (devido a similitudes de língua e história), visam a garantir espaços de exploração na competição com as empresas chinesas, com vistas ao mercado daquele país.

Os dois reassentamentos construídos pela Vale, o de Cateme e o de 25 de setembro, foram entregues em péssimas condições, segundo Mosca e Selemane (2011), são contestados, principalmente, pelos seguintes motivos: 1) as casas que foram construídas não apresentam bom material e antes de habitá-las já apresentavam rachaduras em sua estrutura. 2) as terras destinadas para agricultura são pouco férteis ou inférteis, o que provoca um abalo na estrutura econômica das famílias. Ainda que haja reivindicações feitas por elas, o Estado tem o poder de “silenciar qualquer forma visível de protesto” (MATOS; MEDEIROS p.14).

Para além dessas questões, o fluxo migratório que está ocorrendo em Tete, sobretudo vindo dos países fronteiriços, como Malawi, Zâmbia e Zimbábue, devido a circulação de capitais e do discurso ideológico de oferta de empregos, tem provocado o inchaço demográfico nas áreas periféricas. Há também um aumento visível da prostituição e infecção por HIV/aids, processos que expõem a exploração econômica e de gênero das mulheres da província de Tete.

Na área da cooperação, um dos meios apontados por Lula para ajudar o continente africano é a agricultura. Essa ideia se fundamenta na análise da estrutura de Moçambique que é predominantemente rural. O Projeto das Estratégias de Desenvolvimento Econômico do Corredor de Nacala - PEDEC-Nacala (2015, p. 15) afirma que “ a economia na região é mais dependente da agricultura em comparação a outras provinciais. Nas cinco províncias⁷, 85,2% (em 2007) da população economicamente ativa e 40,8% (em 2010) do PIB Regional pertencem ao setor de agricultura”.

Um dos programas de cooperação que o Brasil desenvolve em Moçambique, juntamente com o Japão, é o ProSavana. A área visada para a implementação desse programa está presente no Corredor de Nacala, principalmente em três províncias: Nampula, Niassa e Zambézia, cobrindo uma área total de 107.002 km² . Esse Programa tem como referência o Prodecer, programa desenvolvido no Brasil em parceria com o Japão desde a década de 1980. O objetivo central do Prodecer é transformar o cerrado brasileiro no maior celeiro do mundo, sendo ele agora o segundo maior produtor de soja, ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América⁸. O cerrado brasileiro tem se mostrado um dos territórios emblemáticos do agronegócio, no qual vem ocorrendo intensos conflitos entre os camponeses

⁷ Aqui ele se refere as províncias do Corredor de Nacala citadas anteriormente.

⁸ Embrapa Soja. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1>. Acessado em: 06/07/2017.



e camponesas e as comunidades indígenas que vivem nessa região (MOSCA; BRUNA; MANDAMULE, 2016).

Memorando de Entendimento do ProSavana, intitulado “Cooperação Técnica entre Japão, Brasil e Moçambique”, foi assinado em 2009 pelos três governos. Segundo o resumo executivo do programa presente nesse memorando, o ProSavana visa melhorar a competitividade do setor rural a partir do apoio técnico à agricultura orientada para o agronegócio (PACHECO; AGUIAR, 2016). A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) tem papel importante nesse programa, principalmente nas tecnologias e estudos do agronegócio.

Esse programa vai de encontro a realidade moçambicana, a qual tem em sua formação a intrínseca relação com a agricultura familiar, sendo essa um dos principais meios de sobrevivência das comunidades locais. Desde o início desse Programa a população não teve acesso as informações sobre esse Programa, assim, em 2012, iniciou-se uma mobilização para que a população participasse e entendesse os seus objetivos. Então foi lançada a Carta Aberta⁹ aos três governos reivindicando que ele fosse travado e que em seu processo houvesse mais clareza e participação. Como resultado, em 2013, nas províncias de Moçambique, os representantes dos governos deram como resposta as consultas comunitárias, no entanto, as informações dadas eram superficiais e não atendiam as reivindicações das comunidades (PACHECO; AGUIAR, 2016). Esse fato evidencia a falta de diálogo, demonstrando que as comunidades locais, diretamente atingidas pelo ProSavana, estão alijadas dos espaços decisórios, potencializando assim intensos conflitos.

A abertura para os investimentos agrários externos, lê-se agronegócio, exercem uma enorme pressão sobre a terra, sobre os recursos hídricos, tudo isso impacta diretamente a produção de culturas alimentares e, conseqüentemente, a vida das comunidades locais. Pois, para esse modo de produção, “a terra é considerada uma mercadoria e não um local para a produção de alimentos e subsistência” (BASSEY, p. 88, 2015). As comunidades que vivem no território onde o ProSavana vem sendo desenvolvido vivem com o medo da usurpação¹⁰ de suas terras e, conseqüentemente, de seus modos de vida.

Esses processos expõem a contradição entre capital-trabalho no contexto moçambicano que vem aprofundando as expressões da questão social nessa realidade.

⁹ Carta Aberta para Deter e Refletir de Forma Urgente o ProSavana. Disponível em: <http://fase.org.br/pt/acervo/documentos/carta-aberta-para-deter-e-refletir-de-forma-urgente-o-prosavana/>. Acessado em: 02/07/2017.

¹⁰ O termo “usurpação” refere-se “à ação de apoderar-se astuciosa ou violentamente de uma coisa de que alguém legitimamente usufrui ou que lhe pertence” (JUSTIÇA AMBIENTAL; UNAC, 2011, p. 04). Esse processo vem ocorrendo em Moçambique e a empresa privada brasileira Vale S.A é um dos megaprojetos mais emblemáticos dessa ação (MOSCA; SELEMANE, 2011).



Desse modo, fica evidente, que é intrínseco ao modo de ser do capital a produção desenfreada de pobreza, de exploração, sendo essas expressões fortemente vivenciadas em Moçambique e agudizadas pela política externa brasileira.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, na sua posição semiperiférica, vive um processo de reprimarização da economia pautando-se, principalmente, na exportação de commodities de minérios e agrícolas. Por isso, vem buscando outros territórios para aprofundar esse modo de produção, encontrando em Moçambique um território ideal (MUÑOZ, CARVALHO, 2016).

Na mesma região onde está a Vale e onde se encontra a linha férrea, que serve para o escoamento do carvão, está sendo implementado o ProSavana. Alega-se que a mesma estrutura que a Vale utiliza poderá ser utilizada pelo ProSavana no escoamento dos seus produtos (PEDEC, 2015). Assim, fica evidente o entrelaçamento entre os interesses públicos e privados. A cooperação sul-sul não pode ser entendida isoladamente das outras políticas, pois “a cooperação também é bastante atrativa para a internacionalização de suas empresas que, por exemplo, terão acesso facilitado para exportar commodities produzidos na África para a União Europeia sem as mesmas tarifas impostas ao Brasil” (MUÑOZ, CARVALHO, 2016, p 39). Logo, a visão da África como uma nova fronteira agrícola, um novo campo de expansão, atrai as empresas brasileiras do agronegócio e outras empresas que tem em sua base a expropriação de terras e para isso é necessário usurpar recursos e territórios (BASSEY 2015).

A visão africana em relação a natureza reconhece os seres humanos como integrantes do universo e estabelece, dessa maneira, uma relação profunda com a mesma. Segundo Domingos (2011, p. 2) “na cultura africana existe o parentesco original entre o homem e a natureza. Um dos fundamentos da arte de viver do africano é a “participação” ou a comunhão profunda com a natureza”. A prática frequente de usurpação vê a terra enquanto mercadoria, subjugando o valor de uso ao valor de troca, uma visão profundamente diferente da sociedade tradicional africana (DOMINGOS, 2011).

Em toda a história da África o processo de exploração e expropriação convive com a sua contradição, as resistências. É necessário a organização comunitária e toda a solidariedade para enfrentar as investidas do capital. É necessário o fortalecimento das comunidades locais e dos seus territórios, visando uma nova ordem societária. Visto que, como afirma Bassey (2015, p. 203), “A África merece uma pausa – um dia de descanso. Precisa de espaço para respirar. Somente um povo unido, consciente e interligado pode impedir as mortes, expulsar os parasitas e reivindicar a terra”.



REFERENCIAS

AGUIAR, D; PACHECO, M. E. **A Cooperação Sul-Sul dos Povos do Brasil e de Moçambique**: Memória da Resistência ao ProSavana e Análise Crítica de seu Plano Diretor. Rio de Janeiro: FASE, 2016.

BASSEY, A. **Aprendendo com a África**: a extração destrutiva e a crise climática. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

DOMINGOS, L. T. A visão africana em relação à natureza. Anais do III Encontro Nacional do GT história das Religiões e das Religiosidades – ANPUH. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR), v. II, n. 9, 2011.

GARCIA, A. E. S. **A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula**: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Rio de Janeiro, PUC, 2012.

GARCIA, A. S; KATO, K; FONTES, C. **A história contada pela caça ou pelo caçador?** Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique. Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2012.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTTA, A. E., et al. **Serviço Social e Saúde. Formação e Trabalho profissional**. São Paulo: Cortez. OPAS/OMS. Ministério da Saúde, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar 2008-2009**. Maputo: Instituto Nacional de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais, 2011.

MATOS, E.A.C; MEDEIROS, R.M.V. Exploração mineira em Moatize, no centro de Moçambique: que futuro para as comunidades locais. In: Territórios em disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. In: **XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**. Uberlândia – Minas Gerais; UFU, 2012. P. 1- 17.

MOSCA, J; BRUNA, N. MANDAMULE, U. A Economia Política da Agricultura: ênfase para o agronegócio. In: MOSCA, J. (Org). **Políticas Públicas e Agricultura em Moçambique**. Maputo: Escolar Editora, 2016.

MOSCA, J.; SELEMANE, T. **El Dorado Tete**: os mega-projetos de mineração. Maputo: CEDIMA, 2011.

MUÑOZ, E. E; CARVALHO, T. C. O. **A Cooperação Sul-Sul Brasileira com a África no Campo da Alimentação**: uma política coerente com o desenvolvimento? Cadernos CRH, Salvador, v. 29, n. 76, p. 33-52, jan/abr, 2016.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.



OLIVEIRA, A.U. “Agricultura Brasileira – transformações recentes”. In: ROSS, J. (Org) **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1996.

OSMAN, A.M; SAÚTE, N. **Moçambique no mundo: a competição subtil**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, 2010. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010_15.MocMundo.pdf. Acesso em: 07 de jul. de 2017.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE: **Relatório sobre os objetivos de desenvolvimento do milênio**: Moçambique 2010. Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), 2010.

REPUBLICA DE MOÇAMBIQUE: **Projeto das Estratégias de Desenvolvimento Econômico do Corredor de Nacala (PEDEC-Nacala)**: Moçambique, Ministério da Economia e Finanças República de Moçambique, 2015.

UNICEF E GOVERNO DISTRITAL DE MOATIZE (Moçambique). **Estudo Exploratório sobre o Impacto da Indústria Extractiva na Vulnerabilidade das Populações ao HIV e SIDA, em Tete**. Tete, 2014.

VISENTINI, P. **As revoluções africanas**: Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo: UNESP, 2012.

WATERHOUSE, R; LAURICIANO, G. Contexto político e institucional da protecção social em Moçambique. In: DE BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, C. N.; CHICHAVA, S; FRANCISCO, A. (Org.). **Protecção Social**: abordagens, desafios e experiências para Moçambique. Maputo, Moçambique. IESE. 2010. p. 18-37.

ZIBECHI, R. **Brasil Potencia**: entre a integração regional e um novo imperialismo. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.